

O Estado e os direitos sociais

28-Feb-2010

OpiniÃ£o

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Â

Se hÃ¡ uma fronteira clara entre as polÃticas que promovem uma modernizaÃ£o conservadora e as que defendem o aprofundamento da democracia esta situa-se na forma como perspectivam o papel do poder na sociedade. De um lado os que defendem que, na esteira das conquistas sociais do pÃs guerra, cabe ao Estado garantir os direitos sociais dos cidadÃos e o acesso universal e gratuito a serviÃos pÃblicos de qualidade. Do outro, os defensores da iniciativa privada como remÃdio para todos os males.

As polÃticas neo-liberais preconizam a reduÃo dos direitos dos trabalhadores, a precariedade laboral, o aumento da idade da reforma e os cortes nos serviÃos pÃblicos, para ultrapassar a crise financeira, originada pela especulaÃo e a economia de casino.

Esta lÃgica, que invoca argumentos como o equilÃbrio das finanÃas pÃblicas cai pela base quando nos detemos nos exorbitantes salÃrios pagos a quadros de empresas pÃblicas envolvidos em escÃndalos e na falta de transparÃncia no sector PÃblico.

Para as polÃticas neo-liberais as pessoas nÃo contam. Os cidadÃos nÃo passam de nÃmeros! Com base em argumentos como a eficiÃncia e a eficÃcia dos serviÃos pÃblicos, medidos por cÃculos de deve e haver, encerram-se serviÃos e delegam-se responsabilidades para o sector privado que vai facturando a conta destas opÃes pretensamente eficazes.

Ã neste contexto que se insere o anunciado encerramento do ServiÃo de FinanÃas dois de Viseu e, na Ãrea da saÃde, do ServiÃo de Atendimento Permanente de Santa Comba DÃo.

Mais uma vez, em nome de uma pretensa eficÃcia, elege-se como alvo os mesmos de sempre, os sectores mais fragilizados da populaÃo!

NÃo hÃ¡ pachorra para tanta demagogia!

Â

no www.viseumais.com